

# A EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: considerações a partir de editais de concursos públicos

## PHYSICAL EDUCATION IN SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: considerations from public tenders

### *LA EDUCACIÓN FÍSICA EN EL SISTEMA ÚNICO DE ASISTÊNCIA SOCIAL: consideraciones de los concursos públicos*



**Alessandro Demel Lotti**

Universidade Federal de São Paulo, Santos, São Paulo, Brasil  
alessandro.lotti@unifesp.br

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi investigar como tem se dado o trabalho da Educação Física na Assistência Social, uma vez que a Política Nacional de Assistência Social ainda não reconhece o profissional como integrante de suas equipes e nem ao menos subsidia orientações para tal. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa documental de categorização não apriorística consultando editais de concursos públicos. A busca resultou em 20 editais publicados a partir de 2013. Ressalta-se o papel do profissional em processos de convivência e em programas socioeducativos, atuando para prevenir e enfrentar situações de vulnerabilidade social e promover sentimento de pertença social nos cidadãos.

**Palavras chave:** Educação Física. Prática Profissional. Serviços de Assistência Social.

**Abstract:** The aim of this study was to investigate how the work of Physical Education in Social Assistance has been taking place, since the Política Nacional de Assistência Social does not yet recognize professionals as members of its teams and does not even subsidize

guidelines for this. Therefore, we developed a documentary research of non-aprioristic categorization by consulting public tenders. The search resulted in 20 notices published from 2013 onwards. Emphasizes the role of the professional in coexistence processes and in socio-educational programs, acting to prevent and face situations of social vulnerability and promote a feeling of social belonging in citizens.

**Keywords:** Physical Education. Professional Practice. Social Work.

**Resumen:** El objetivo de este estudio fue investigar cómo se viene desarrollando la labor de la Educación Física en la Asistencia Social, ya que la Política Nacional de Assistência Social aún no reconoce a los profesionales como integrantes de sus equipos y ni siquiera subvenciona pautas para ello. Por ello, desarrollamos una investigación documental de categorización no apriorística mediante la consulta de licitaciones públicas. La búsqueda resultó en 20 comunicados publicados a partir de 2013. Se enfatiza el papel del profesional en los procesos de convivencia y en los programas socioeducativos, actuando para prevenir y enfrentar situaciones de vulnerabilidad social y promover el sentimiento de pertenencia social en los ciudadanos.

**Palabras clave:** Educación Física. Práctica Profesional. Servicio Social.

Submetido em: 2021-09-03

Aceito em: 2021-12-04

## Introdução

Assistência Social, Saúde Pública e Previdência Social compõem o tripé da Seguridade Social – o sistema de bem-estar social brasileiro – e se articulam para a garantia de direitos e condições dignas de vida (BRASIL, 2004). A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) implementada em 2004 reafirma o dever do Estado em efetivar a Assistência Social como política pública permanente. Estabelece também o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), integrando municípios, estados e a União para concretizar os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei n. 8.742/93), universalizando o direito à cidadania<sup>1</sup> e inclusão social<sup>2</sup> (BRASIL, 2004). Isso representa um marco na superação da visão sobre Assistência Social, que até então era marcada pelo assistencialismo e pelo clientelismo político, baseada em ações pontuais de caridade, filantropia e benemerência (BRASIL, 2004).

As principais características da PNAS são a gestão descentralizada e a participação popular, que conferem autonomia aos municípios para lidar com as demandas e desigualdades socio-territoriais e potencializam a divisão das responsabilidades entre as esferas de governo e a sociedade civil (BRASIL, 2004). O SUAS opera por meio de rede de serviços socioassistenciais e na atuação intersetorial, direcionados à vigilância social (produção de indicadores locais sobre as situações de riscos sociais e violações de direitos), proteção social (segurança de sobrevivência, renda, autonomia, convívio ou vivência familiar, e acolhida) e defesa social e institucional (garantir acesso e conhecimentos dos direitos socioassistenciais e sua defesa) (BRASIL, 2004).

A política social é um tema interdisciplinar, abordado por variadas áreas profissionais (BEHRING; BOSCHETTI, 2018). De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) (BRASIL, 2011a), os profissionais de nível superior que atuam nas equipes de referência são assistentes sociais, psi-

1 Segundo Morais (2013), cidadania é o reconhecimento e a efetivação de valores e práticas de direitos.

2 Para Sposati (2006), inclusão social é a busca crítica pela igualdade social.

cólogos e advogados; enquanto antropólogos, economistas domésticos, sociólogos, terapeutas ocupacionais e musicoterapeutas podem atender a necessidades específicas dos serviços.

Contudo, ao longo dos quase 20 anos de SUAS se observa que o profissional de Educação Física (EF) vem desenvolvendo relações com a área, sendo concursado, contratado ou mesmo voluntário. O Censo SUAS, por exemplo, apontou que dos 8.456 Centros de Convivência vinculados ao SUAS até 2018, 6.731 deles desenvolviam atividades esportivas, 7.506 realizavam atividades de arte e cultura, e 6.944 com jogos e brincadeiras (BRASIL, 2019), conteúdos passíveis de serem mediados por profissionais de EF.

De fato, apesar de ser comum a presença de grupos de práticas corporais/atividade física em serviços socioassistenciais, não há orientações da PNAS sobre essa atuação, além da Assistência Social ser um assunto ausente na formação inicial em EF3. Não há sequer menções ao formado em EF como profissional do SUAS (BRASIL, 2011a) haja vista que mesmo os questionários do Censo SUAS não apresentam categoria específica para o profissional de EF, devendo este ser identificado como profissional com “outra formação de nível superior” (BRASIL, 2019).

Porém, à medida em que a EF vem sendo reconhecida pelas políticas públicas como promotora do cuidado humano, pouco a pouco tem ampliado sua atuação no setor público. Neste sentido, Galindo (2005) e Benedetti e Borges (2014) apontam para um aumento de concursos para além do âmbito escolar, citando inclusive a Assistência Social como um campo possível.

A aproximação entre EF e Assistência Social, de forma discreta, também se expressa no meio acadêmico, geralmente por relatos de experiência em resumos de congressos e trabalhos de conclusão de curso, como exemplo em Antunes (2015), Bezerra (2018), Dourado (2011), Moraes, Pina e Lima (2020), Oliveira (2012), Santos e Santos (2019). O tema principal destes é discutir o papel

<sup>3</sup> Segundo Oliveira (2012), as graduações em EF não apresentam unidades curriculares ou oportunidade de estágio acadêmico relativos à atuação em Assistência Social.

do profissional nos serviços socioassistenciais e a crítica sobre a falta de orientações sobre a atuação.

Diante do exposto, percebe-se que a relação entre a EF e a Assistência Social se constitui num paradoxo: as práticas corporais/atividades são ofertadas no SUAS, porém a PNAS ainda não reconhece o profissional de EF como parte de suas equipes. Então qual seria o papel da EF na Assistência Social? Essa atuação apresenta particularidades a ponto de justificar a EF nas equipes socioassistenciais?

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é investigar como tem se dado o trabalho da EF no SUAS para dessa forma compreender: I. As formas de seleção, conhecimentos e requisitos solicitados; II. Os serviços em que atuam; e, III. As atribuições dos cargos.

## Método

Enquanto os documentos públicos da PNAS e a produção acadêmica ainda não fornecem subsídios para as respostas às perguntas desta pesquisa, nos parece oportuno consultar os editais de concursos públicos e processos seletivos para a EF no SUAS. Para fins deste estudo, desenvolvemos uma pesquisa documental, que, segundo Gil (2019) e Marconi e Lakatos (2017), consiste em buscar informações em materiais brutos, ou seja, documentos escritos ou não, que ainda não receberam tratamento analítico, mas que podem contribuir para investigar determinados fato ou fenômeno. Complementar à observação e entrevistas, a pesquisa documental também contribui para a investigação de processos de mudança social e cultural, estrutura social, atitudes e mudança de valores (GIL, 2019). Documentos elaborados por agências governamentais são exemplos de materiais utilizados em pesquisa documental (GIL, 2019).

O levantamento dos editais foi realizado em março de 2020 utilizando a plataforma Google, sem restringir um período específico

para a data de publicação. Utilizamos os termos-chave “Educação Física”, “concurso” e “Assistência Social”. Os documentos encontrados foram lidos e selecionamos somente os que continham vagas para formados em EF direcionadas para a área da Assistência Social. Procedemos com análise de conteúdo de categorização não apriorística, que, segundo Campos (2004), emerge a partir de intensa leitura do material para identificar assuntos em comum ou mesmo assuntos únicos que forneçam relevância e riqueza para o estudo.

## Resultados

A busca resultou em 20 editais, sendo 16 na modalidade Processo Seletivo Simplificado (PSS), e 4 para Concurso Público (CP), publicados entre 2013 e 2020, conforme apresentado no Quadro 1:

**Quadro 1: Concursos públicos de EF na área da Assistência Social**

Local, ano	Cargo	Exige graduação?
<i>Processo Seletivo Simplificado</i>		
Anchieta – ES, 2017	Instrutor Físico	Sim
	Instrutor Social Dança de Salão/Jazz	Não
Antonio João – MS, 2017	Professor de Educação Física (20h/s)	Sim
	Professor de Educação Física (40h/s)	Sim
Barreiras – BA, 2019	Educador Físico: Assistência Social	Sim
Cabo Frio – RJ, 2019	Profissional de Educação Física	Sim
Campo Alegre de Goiás – GO, 2019	Oficineiro de Modalidades Esportivas	Sim*
	Oficineiro de Dança	Não
Campo Grande – MS, 2019	Técnico de Atividades Socioculturais	Sim
Curitibanos – SC, 2015	Facilitador social (oficineiro): Educador Físico	Sim
Espigão do Oeste – RO, 2018	Professor para atividades físicas	Sim
	Professor de artes marciais (Karatê)	Não
Guatambu – SC, 2017	Facilitador de oficina de dança	Sim*
	Facilitador de esportes	Sim*

Maravilha – SC, 2013	Monitor em Educação Física	Sim
Muriaé – MG, 2019	Educador Social – Educação Física	Sim
	Educador Social – Dança	Não
Piauí, 2017	Educador Físico	Sim
Santa Teresa – ES, 2018	Professor de Educação Física	Sim
São Lourenço da Mata – PE, 2020	Educador Físico	Sim
São Lourenço do Oeste – SC, 2017	Educador social V: Criança/Adolescente	Sim
	Educador social VI: Terceira Idade	Sim
Valparaíso de Goiás – GO, 2019	Educador Físico	Sim
<i>Concurso Público</i>		
Cuiabá – MT, 2019	Esp. desenvolvimento social: Educador Físico	Sim
Maricá – RJ, 2018	Profissional de Educação Física	Sim
Praia Grande – SP, 2018	Educador Físico	Sim
Três Lagoas – MS, 2018	Educador Físico	Sim
	Educador Social	Não*

\* Exige ao menos estar cursando a graduação em EF.  
Fonte: o autor.

À primeira vista, destaca-se que quatro editais ofertavam cargos efetivos (CP), sendo os 16 restantes para o regime de contratação temporária (PSS). O trabalho temporário tem se demonstrado algo recorrente na Assistência Social, precarizando a inserção e as condições de trabalho, com vínculos empregatícios temporários, flexibilizados, instáveis e baixos salários, levando os profissionais a se submeterem a múltiplos vínculos (SANTOS, 2020). Para Pauli, Traesel e Siqueira (2019), o vínculo temporário privilegia resultados econômicos em detrimento do desenvolvimento social, resultando em descontinuidade no trabalho com a comunidade e estresse e desequilíbrio emocional para os trabalhadores.

Sobre a titularidade, para sete cargos a formação superior em EF não era pré-requisito (Quadro 1). Destes, três exigiam que o candidato estivesse ao menos cursando a graduação em EF (CAMPO ALEGRE DE GOIÁS, 2019; GUATAMBU, 2017). Para o cargo de Educador Social (TRÊS LAGOAS, 2018) pedia-se licenciaturas em EF, Letras ou Pedagogia. Nos outros quatro cargos a formação em

EF não era requisito, a exemplo de Anchieta (2017) e Campo Alegre de Goiás (2019), que solicitavam nível médio, experiência profissional e cursos de dança, ou Espigão do Oeste (2018), que pedia faixa preta e alvará para ministrar aulas de Karatê.

## Processo de Seleção

Quanto à forma de seleção percebem-se duas categorias principais: “Currículo” e “Prova Escrita e/ou Prática”. Verificamos que oito editais se enquadraram em mais de uma categoria, pois solicitaram a análise de currículo e algum tipo de prova. O Quadro 2 lista os conteúdos abordados:

**Quadro 2: Conteúdos avaliados nos processos seletivos**

Conteúdos	Cargos	Editais
<i>Currículo</i>		
Formação Profissional	19	Anchieta, Cabo Frio, Campo Alegre de Goiás, Campo Grande, Curitiba, Espigão do Oeste, Maravilha, Muriaé, Piauí, Santa Teresa, São Lourenço da Mata, São Lourenço do Oeste, Três Lagoas, Valparaíso de Goiás
Experiência Profissional	19	Anchieta, Cabo Frio, Campo Alegre de Goiás, Campo Grande, Curitiba, Espigão do Oeste, Maravilha, Muriaé, Piauí, Santa Teresa, São Lourenço da Mata, São Lourenço do Oeste, Três Lagoas, Valparaíso de Goiás
Experiência no SUAS	6	Campo Alegre de Goiás, Santa Teresa, São Lourenço do Oeste, Valparaíso de Goiás
<i>Prova escrita ou prática</i>		
Aspectos históricos, pedagógicos e socioculturais da EF	6	Barreiras, Cuiabá, Guatambu, Praia Grande, Três Lagoas
Aspectos biodinâmicos e orgânico-funcionais da EF	5	Guatambu, Maricá, Praia Grande, Três Lagoas
Assistência Social	5	Guatambu, Maricá, Três Lagoas, Valparaíso de Goiás
Não detalha os conhecimentos específicos	4	Antonio João, Piauí, Santa Teresa
Aula demonstrativa	4	Espigão do Oeste, São Lourenço do Oeste
Projeto de Intervenção	2	Muriaé
Entrevista	2	Campo Alegre de Goiás

Fonte: o autor.



Os requisitos mais observados foram “Formação Profissional” e “Experiência Profissional”, em 19 cargos. Para a categoria “Formação Profissional” consideramos cursos extracurriculares e de pós-graduação, enquanto que para “Experiência Profissional” levamos em conta avaliações sobre o histórico de atuação profissional dos candidatos. A categoria “Experiência no SUAS” permitiu aferir que apenas seis cargos consideraram a atuação prévia em serviços socioassistenciais.

A modalidade “Prova” foi solicitada para 20 cargos. Destes, 12 exigiram prova escrita e oito prova prática. Sobre prova escrita, Antonio João (2017) aplicou avaliação dissertativa, Maricá (2018) produção de texto sobre a PNAS, e Piauí (2017) redação com tema sobre EF. Os demais editais aplicaram prova objetiva de múltipla escolha.

Como prova prática, São Lourenço do Oeste (2017) e Espigão do Oeste (2018) avaliaram a aplicação de uma aula. Muriaé (2019) solicitou a elaboração prévia de um projeto de intervenção. Somente Campo Alegre de Goiás (2019) realizou entrevistas.

Nas provas escritas classificamos os conteúdos específicos de EF em duas categorias: “Aspectos históricos, pedagógicos e socio-culturais da EF” (em seis cargos) e “Aspectos biodinâmicos e orgânico-funcionais da EF” (em cinco cargos). Na primeira categoria estão presentes, em linhas gerais, conteúdos relacionados à função social da profissão, Cultura Corporal de Movimento, Psicologia, teorias de ensino-aprendizagem e regras específicas das modalidades. Na segunda categoria figuram temas referentes à Anatomia e Fisiologia Humana, Bioquímica, Cinesiologia, Biomecânica, treinamento esportivo, prescrição de exercício físico, aprendizagem e desenvolvimento motor, saúde orgânica, além de higiene e socorros de urgência. Quatro cargos não apresentaram conteúdos a serem abordados na prova, referindo-se genericamente a “conhecimentos específicos”.

Na categoria “Assistência Social” identificamos conteúdos relacionados à PNAS, SUAS, LOAS, seguridade social, Tipificação

Nacional do Serviços Socioassistenciais, direitos humanos, Estatutos da Criança e Adolescente, do Idoso e da Igualdade Racial, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com famílias, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), dentre outros. Estes conteúdos foram solicitados para cinco cargos. Destaca-se que dos 28 cargos analisados, somente 10 continham pontos avaliativos relacionados à Assistência Social (experiência profissional no SUAS e/ou conhecimentos teóricos na prova escrita).

## Postos de trabalho

Os serviços socioassistenciais são tipificados em três níveis: Proteção Social Básica (PSB), Proteção Social Especial de Média (PSE Média) e de Alta Complexidade (PSE Alta). A Proteção Social Básica aborda a prevenção de situações de risco e fortalecimento de vínculos sociais e comunitários, e a Proteção Social Especial destina-se ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos, sendo a média complexidade para casos em que ainda há vínculos familiares e comunitários preservados, e a de alta complexidade para garantir segurança de acolhida de indivíduos e famílias sem referência ou em situação de ameaça, afastados temporária ou definitivamente do núcleo familiar ou grupo comunitário (BRASIL, 2004, 2009).

Os postos de trabalho ofertados estão descritos no Quadro 3:

Quadro 3: Postos de trabalho

Serviço	Nível	Cargos	Editais
SCFV	PSB	16	Anchieta, Campo Alegre de Goiás, Campo Grande, Cuiabá, Espigão do Oeste, Guatambu, Muriaé, Praia Grande, Santa Teresa, São Lourenço da Mata, São Lourenço do Oeste
CRAS	PSB	7	Anchieta, Campo Grande, Cuiabá, Curitibaanos, Espigão do Oeste, Valparaíso de Goiás
CREAS	PSE Média e Alta	3	Anchieta, Curitibaanos, Valparaíso de Goiás
Atendimento Socioeducativo	PSE Alta	3	Guatambu, Piauí
Escolas	PSB	3	Antonio João, Muriaé
PAIF	PSB	2	Espigão do Oeste
Rede Socioassistencial	PSB / PSE Média e Alta	6	Barreiras, Maravilha, Maricá, Cabo Frio, Três Lagoas

Fonte: o autor.

Verifica-se que os profissionais geralmente não são contratados para um posto específico, podendo ser destinados a variados serviços de diferentes níveis de proteção. Apesar disso, verifica-se uma maior inserção destes nos serviços de PSB. Os seis cargos que não apresentaram os locais de trabalho formaram a categoria “Rede Socioassistencial”.

O SCFV é o serviço que apresentou mais vagas, contando com 16 cargos. Trata-se de um serviço organizado em grupos de convivência considerando as especificidades dos ciclos de vida dos usuários, voltados a favorecer trocas culturais e de vivências, desenvolvimento de sentimento de pertença e identidade, valorizando o sentido da vida coletiva, geralmente por meio de práticas corporais esportivas e culturais (BRASIL, 2016, 2017).

Sete cargos direcionavam os profissionais para o CRAS. Os CRAS referenciam serviços de PSB, como o SCFV e o PAIF, podendo estes serem executados dentro dos CRAS ou em equipamentos públicos especializados (BRASIL, 2004, 2016).

Três cargos eram destinados ao CREAS. A característica fundante do CREAS é atuar com atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco social ou que tiveram seus direitos sociais vio-

lados. O trabalho prevê a escuta qualificada e a compreensão da situação de vida da família ou indivíduo, considerando seu contexto social, histórico, econômico e cultural. Destina-se à construção de projetos de vida; fortalecimento de vínculos sociais e familiares; enfrentamento, empoderamento e superação de adversidades; desenvolvimento de potencialidades; e a ressignificação de vivências (BRASIL, 2004, 2011b).

Na categoria “Atendimento Socioeducativo” foram classificados três cargos. Enquanto Guatambú (2017) apenas cita o “Programa Socioeducativo Crescer” sem fornecer detalhes, Piauí (2017) direciona o profissional contratado para atuar no Centro Educacional Masculino do estado. O atendimento socioeducativo é uma estratégia para reverter a crescente tendência de internação de adolescentes infratores por meio de prestação de serviços à comunidade e da liberdade assistida, propondo uma reconstrução de projeto de vida para os jovens (BRASIL, 2006).

A categoria “Escolas” também apresentou três cargos. Em Antonio João (2017), cabe ao profissional orientar de forma lúdica a aprendizagem dos alunos, levantar e interpretar dados sobre a realidade deles, organizar atividades complementares e integrar os alunos aos demais órgãos da Assistência Social. Em Muriaé (2019), o profissional deve desenvolver atividades socioeducativas, de convivência e socialização, buscando consolidar a relação entre escola / família / comunidade.

Por fim, o PAIF contou com dois postos de trabalho. Este serviço busca discutir e refletir com os usuários a partir da reprodução social da família, fortalecimento de sua função protetiva, acesso a direitos e enfrentamento de vulnerabilidades do território que impactam no convívio familiar e comunitário (BRASIL, 2016).

## Atribuições

As atribuições foram relacionadas em três categorias: “modalidades”, “atividades de gestão”, e “atuação em Assistência Social”:

## Modalidades

A categoria “modalidades” representa a prática profissional direta com os participantes dos serviços, ou seja, num entendimento popular, as “aulas” que são ofertadas nas unidades. Embora alguns editais não especifiquem quais atividades os profissionais iriam atuar, todos mencionam termos relativos a “atividade física”, “práticas corporais” e/ou “exercício físico”.

Identificamos 15 cargos com menções a atividades lúdicas, lazer, recreação, jogos e brincadeiras. Antonio João (2017, p. 10-11), por exemplo, destaca que é atribuição do profissional “fortalecer e promover o direito constitucional ao lazer” e solicita que a aprendizagem dos alunos seja orientada “de forma lúdica”. Os demais editais mencionam esses conteúdos, sem detalhamentos.

O trabalho com esportes foi citado em 12 cargos, solicitando modalidades como karatê (ESPIGÃO DO OESTE, 2018), ginástica rítmica (ANCHIETA, 2017) além de futebol e natação (CABO FRIO, 2019). Além disso, Praia Grande (2018) solicita que o profissional trabalhe com o treinamento de equipes esportivas da terceira idade para competições.

Oito cargos apresentaram atribuições relacionadas à dança, artes do corpo, ritmos, expressão corporal e coreografias. Em Anchieta (2017, p. 31), o cargo de “Instrutor Físico” solicitava curso de Zumba (sic) e o de “Instrutor Social de Dança de Salão/Jazz” especificava a “composição de grupos de dança de salão ou culturais” para idosos. O edital de Campo Alegre de Goiás (2019) reforça o papel da dança como instrumento lúdico.

Por fim, foram três cargos com atribuições relacionadas à ginástica coletiva. Em Anchieta (2017), por exemplo, para o cargo de “Instrutor Físico”, os candidatos deveriam apresentar curso de Pilates, alongamento, aeróbica, hidroginástica ou Zumba (sic). A pouca presença de ginástica nos editais causa estranhamento, pois são atividades comumente presentes em SCFV. Nascimento, Fernandes, Moura e Santiago (2019) afirmam que ginástica aeróbica, localizada e funcional representam as principais modalidades

praticadas em Centros de Convivência. São atividades com grande valor para formação de grupos, pois, como São Lourenço do Oeste (2017) ressalta, a ginástica é uma forma de promover “atividades de integração”.

## Atividades de Gestão

Foram relacionadas nesta categoria atribuições referentes à gestão e participação de eventos, elaboração e participação de capacitações, além de reuniões de equipe.

Sete cargos mencionaram a organização ou participação em eventos. Praia Grande (2018), por exemplo, atribui ao concursado acompanhar equipes da terceira idade em competições esportivas, além de organizar torneios internos no município. Em Maricá (2018, p. 85), deve-se “promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população”.

Sobre capacitações e formação continuada, seis cargos mencionam a participação do profissional, tanto como ouvinte ou mesmo como tutor. Piauí (2017) ressalta que os processos de educação continuada visam à capacitação e desenvolvimento profissional dos contratados. Em Cuiabá (2019), deve-se elaborar eventos, conteúdos e temas para capacitação técnica em áreas do setor esportivo.

## Atuação em Assistência Social

Esta última categoria destaca atribuições específicas para a Assistência Social. Os editais revelaram não se tratar de um novo “fazer profissional”, mas sim de alinhar o trabalho da EF aos objetivos da PNAS. Verifica-se a necessidade de profissionais com habilidades para favorecer a articulação entre comunidade, território, serviços públicos e equipes de referência.

O trabalho da EF não deve ser algo solitário, isolado, realizado à parte, mas sim planejado e executado em conjunto com as equipes nos serviços (ANTONIO JOÃO, 2017; CABO FRIO, 2019; CAMPO ALEGRE DE GOIÁS, 2019; CAMPO GRANDE, 2019). Aliar-se aos demais técnicos é importante para a lógica de funcionamento do SUAS<sup>4</sup>.

Além de integrar-se às equipes, o profissional de EF deve buscar parceria com equipamentos da região, como forma de ampliar as ações e de estimular que a comunidade ocupe outros espaços. Para isso deve conhecer o território em suas variadas perspectivas sociopolíticas e os equipamentos públicos da região (ANTONIO JOÃO, 2017; MARICÁ, 2018).

Maricá (2018, p. 85) aponta que a parceria com outros serviços favorece “ações ligadas à Atividade Física/Práticas Corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território [...] visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais”. Exemplo disso se observa em Muriaé (2019), que articula o programa ABB Comunidade, os SCFV e as escolas para atender as famílias, e também em Praia Grande (2018), que preza pela articulação com a Secretaria de Saúde Pública para atividades de promoção da saúde, esporte e recreação.

Complementar a isso, Maricá (2018) atribuía ao futuro contratado a função de identificar, capacitar e supervisionar de forma compartilhada e participativa profissionais e membros da comunidade para auxiliarem como facilitadores e monitores de atividade física/práticas corporais. Isso pode contribuir para ampliar o vínculo entre o profissional e o público, além de valorizar a cultura, costumes e conhecimentos do território. Essa perspectiva também é vista em Antonio João (2017, p. 11), que entende o profissional deve “valorizar a produção cultural local como expressão da iden-

<sup>4</sup> Segundo Ferreira (2011), semelhante ao SUS, o SUAS adota o modelo de equipes de referência, em que os técnicos se articulam atuando com objetivos em comum, alinhados ao serviço e ao território. A autora argumenta que este modelo desenvolve nos cidadãos a sensação de confiança e de segurança de acolhida com oferta contínua de serviços, contrapondo-se à lógica de trabalho fragmentado e descontínuo.

tidade comunitária de reafirmação do direito e possibilidade de criação de novas formas de expressão e resistência sociais”.

Outro ponto importante é o entendimento da Assistência Social como um direito. Segundo Couto (1999 *apud* BRASIL, 2004, p. 54), isso “impõe aos trabalhadores da política que estes superem a atuação na vertente de viabilizadores de programas para a de viabilizadores de direitos. Isso muda substancialmente seu processo de trabalho”. Atuando nesta perspectiva, o acolhimento<sup>5</sup>, a inclusão social e o enfrentamento das vulnerabilidades seriam os norteadores do trabalho do profissional, distanciando-se do aprimoramento da aptidão física e das habilidades motoras como objetivos únicos de sua intervenção. Há de se ressignificar a prática da EF para uma atuação humanizada, contextualizada ao território e à comunidade, e que compreenda os indivíduos como um emaranhado complexo de aspectos sociais, psicológicos e culturais (LOTTI; NAKAMURA, 2020). Dessa forma, o profissional assume o papel de educador, condutor de atividades, articulador entre os serviços e a comunidade além de promotor de saúde (MORAES; PINA; LIMA, 2020).

A EF na Assistência Social permite a que as pessoas vivenciem em conjunto experiências que muitas vezes não tiveram acesso (LOTTI; GARCIA, 2020). Tem papel importante para a formação socioeducativa e fortalecimento de vínculos afetivos, atuando por meio do corpo e movimento, conscientizando sobre a melhora da saúde e qualidade de vida, comunicação e autoestima, desenvolvendo dimensões psicológicas, sociais, cognitivas e afetivas, abrangendo conteúdos da PNAS (ANTUNES, 2015; BEZERRA, 2018). Nesse sentido, Santa Teresa (2018) e Campo Alegre de Goiás (2019) pontuam que cabe ao profissional informar e orientar indivíduos e suas famílias ressaltando as dimensões física, motora, cognitiva, afetiva, artística, cultural e de lazer, “objetivando a promoção da qualidade de vida e garantia de direitos, preservando e fortalecendo vínculos familiares, comunitários e sociais” (SANTA TERESA, 2018, p. 2).

<sup>5</sup> Acolhimento resulta de três elementos integrados: escuta, troca de informações e o conhecimento das condições de vida dos usuários (CHUPEL; MIOTO, 2010).



A EF deve favorecer a convivência e o fortalecimento de vínculos comunitários, aproximando indivíduos e suas famílias aos serviços, constituindo redes de proteção social e apoio mútuo, corroborando com o princípio da segurança de convívio presente na PNAS (BRASIL, 2004). Segundo Sposati (2007), estar protegido significa, pelas próprias forças ou com o apoio de terceiros, ter capacidade de enfrentamento e resistência frente a agressões, precarizações e privações que possam ocorrer.

O profissional deve “desenvolver ações na prevenção e enfrentamento das vulnerabilidades e situações de risco social” (CAMPO GRANDE, 2019, p. 4). Essa perspectiva de atuação foi observada em 12 cargos.

Maricá (2018) e Cuiabá (2019) consideram que atividade física/práticas corporais, esporte e lazer podem ampliar o sentimento de pertença social na comunidade, incentivando a criação de espaços de inclusão social. Maricá (2018) ainda aponta que essa inclusão também parte da ampliação e valorização dos espaços públicos de convivência. Três Lagoas (2018) exemplifica o papel da EF em atividades sociocomunitárias para a inclusão social mencionando a integração de pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas na comunidade e sua família.

Em Antonio João (2017), a premissa era a inclusão social a partir da intergeracionalidade, integralidade dos sujeitos, e o cuidado integral. Além disso, o edital orienta que as atividades devem favorecer a coletividade, porém sem desconsiderar abordagens individuais quando necessárias. Da mesma forma, em São Lourenço do Oeste (2017) consta que a ginástica para a terceira idade deve ser trabalhada no intuito de promover atividades de integração. Por fim, a presença da EF na Assistência Social coopera com a perspectiva de minimização de riscos, estimulando o autocuidado e o exercício da cidadania (CUIABÁ, 2019; MARICÁ, 2018; MURIAÉ, 2019; SÃO LOURENÇO DA MATA, 2020).

## Considerações finais

O profissional de EF vem ocupando seu espaço no SUAS, porém, essa relação necessita de aprofundamentos e orientações por parte do poder público e da formação superior. Essa falta de referência pôde ser verificada em boa parte dos editais, haja vista que nem todos exigiam graduação em EF, poucos continham pontos avaliativos sobre Assistência Social, e as atribuições, quando apresentadas, geralmente eram generalistas e pouco descreviam o trabalho na Assistência Social.

Por outro lado, alguns editais nos deram pistas de como deveria ser esse trabalho pontuando sobre o papel da EF na proteção social dos indivíduos, principalmente em processos de convivência e programas socioeducativos. Além disso, a promoção da saúde e do cuidado também foi bastante presente. Verificamos uma maior inserção de profissionais de EF na PSB, principalmente em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Apesar de as práticas corporais serem organicamente o instrumento de trabalho do profissional de EF, há de se considerar que atuar no SUAS demanda algumas particularidades. É esperado do profissional que tenha o entendimento da Assistência Social como um direito. Isso significa atuar para além da lógica da aptidão física e do rendimento esportivo, assumindo uma postura acolhedora e inclusiva, integrando comunidade, território, serviços e equipes.

Com vistas ao atendimento integral dos sujeitos, o profissional deve aliar-se aos demais especialistas da equipe e buscar parceria com outros serviços. A presença de programas de atividade física/práticas corporais, esporte e lazer amplia experiências e valoriza espaços públicos de convivência, contribui para a prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade social além de favorecer a inclusão e o sentimento de pertença social nos cidadãos.

## Referências

ANCHIETA (ES). Processo Seletivo Simplificado. Edital N° 008/2017. **Anchieta**: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2017, 39 p. Disponível em: <https://www.anchieta.es.gov.br/uploads/documento/20171214153356-edital-008-2017.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ANTONIO, J (MS). Processo Seletivo N° 004/2017. **Antonio João**: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2017, 15 p. Disponível em: [https://www.antoniojoao.ms.gov.br/uploads/asset/file/308/RETIFICAC\\_AO\\_EDITAL\\_003-2017\\_004-2017\\_e\\_005-2017.pdf](https://www.antoniojoao.ms.gov.br/uploads/asset/file/308/RETIFICAC_AO_EDITAL_003-2017_004-2017_e_005-2017.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

ANTUNES, N. S. **Atuação Profissional**: Educador Físico no CRAS. *In*: EXTREMOS DO SUL – EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPAÇOS DE ATUAÇÃO: INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS COM O DISCURSO ESCOLAR, DA SAÚDE, DA RECREAÇÃO / LAZER E DO TREINAMENTO, 5., 2015, Rio Grande. **Anais [...]**. Rio Grande: Revista Didática Sistêmica – Universidade Federal do Rio Grande, 2015. p. 348-350. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/download/5943/3677/16797#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20o%20educador%20f%C3%ADsico,e%20criando%20elos%20de%20amizade%2C>. Acesso em: 8 fev. 2020.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2018. 216p.

BENEDETTI, T. R. B. B.; BORGES, L. J. Vivência acadêmica e proximidade prática na saúde. *In*: BENEDETTI, Tânia Rosane Bertoldo; SILVA, Diego Augusto Santos; SILVA, Kelly Samara da; NASCIMENTO, Juarez Vieira do (orgs.). **A formação do profissional de Educação Física para o setor saúde**. Florianópolis: Postmix, 2014. p. 51-66.

BEZERRA, E. L. **Educação Física e Assistência Social**: o papel e as contribuições do profissional de Educação Física no Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos do município de

Maceió-AL. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2018, Olinda. **Anais** [...] Campina Grande: Realize Editora, 2018. p. 1-10. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/45518>. Acesso em: 8 fev. 2020.

BRASIL. **Caderno de Orientações Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**: Articulação necessária na Proteção Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/cartilha\\_paif\\_2511.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf). Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. **Censo SUAS 2018 – Resultados Nacionais, Centro de Convivência**. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. Maio 2019. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/2\\_Centro%20de%20Conviv%C3%Aancia.zip](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/2_Centro%20de%20Conviv%C3%Aancia.zip). Acesso em: 3 fev. 2020.

BRASIL. **Guia de Políticas e Programas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social Agrário, 2017, 120 p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas\\_publicitarias/banner/\\_guiadepoliticass\\_MDSA\\_online.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas_publicitarias/banner/_guiadepoliticass_MDSA_online.pdf). Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011**. 2011a. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia\\_social/resolucoes/2011/RESOLUCAO%20No%2017%20DE%2020%20DE%20JUNHO%20DE%202011%20.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2011/RESOLUCAO%20No%2017%20DE%2020%20DE%20JUNHO%20DE%202011%20.pdf). Acesso em: 26 jan. 2020.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011b. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/Orientacoes\\_Tecnicas\\_CREAS.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Orientacoes_Tecnicas_CREAS.pdf).

mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf.  
Acesso em: 6 jul. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. **Resolução n. 109**, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Brasília, DF. 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_CNAS\\_N109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf). Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. 100 p. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CABO FRIO (RJ). Edital SEDESDIM nº 01/2019 – Processo Seletivo Simplificado. **Cabo Frio**: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e da Mulher, 2019, 6 p. Disponível em: <https://cabofrio.aexecutivo.com.br/processoseletivo.php?id=897>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CAMPO ALEGRE DE GOIÁS (GO). Edital de processo seletivo público simplificado nº 001/2019. **Campo Alegre de Goiás**: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2019, 30 p. Disponível em: <https://www.campoalegre.go.gov.br/v4/upload/temp/5285810f-844f1029bb5c8c79a7b609c7.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CAMPO GRANDE (MS). Edital n. 06/2019-01 Processo Seletivo Simplificado Programa de Contratação Temporária. **Campo Grande**: Secretaria Municipal de Assistência Social. Diário Oficial de Campo Grande – MS. Ano 22, n. 5.589, 28 de maio de 2019, 38 p., 2019. Disponível em: [http://portal.capital.ms.gov.br/egov/downloadFile.php?id=7782&fileField=arquivo\\_dia\\_ofi&table=diario\\_oficial&key=id\\_dia\\_ofi&sigla\\_sec=diogrande](http://portal.capital.ms.gov.br/egov/downloadFile.php?id=7782&fileField=arquivo_dia_ofi&table=diario_oficial&key=id_dia_ofi&sigla_sec=diogrande). Acesso em: 20 mar. 2020.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 3, p. 611-614, set./out. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CHUPEL, C. P.; MIOTO, R. C. T. Acolhimento e Serviço Social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da Saúde. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 9, n. 10, p. 37-59, dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.20396/sss.v9i2.8634882>. Acesso em: 2 ago. 2021.

CUIABÁ (MT). Edital de concurso público nº001/2019/ SMASDH. **Cuiabá**: Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano. Diário Oficial de Contas – Tribunal de Contas de Mato Grosso. Ano 8, n. 1.970, 12 de julho de 2019, 62 p. 2019. Disponível em: <https://fs.ibfc.org.br/arquivos/e7c86e-51b41e23a67a7466aa65522880.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CURITIBANOS (SC). Edital nº 001/2015. **Curitibanos**: Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, 2015, 7 p. Disponível em: [https://static.fecam.net.br/uploads/525/arquivos/356999\\_EDITAL\\_OFICINEIROS\\_2014\\_2.pdf](https://static.fecam.net.br/uploads/525/arquivos/356999_EDITAL_OFICINEIROS_2014_2.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

DOURADO, V. G. **Barreiras para a prática de atividade física no Centro de Referência da Assistência Social de Jacobina-BA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Educação Física) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia. Jacobina, 77 p. 2011. Disponível em: <http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/398/1/TCC%20-%20VANESSA%20GUIRRA%20.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

ESPIGÃO DO OESTE (RO). SEMAS/CRAS – Edital de Chamamento Público nº004/2018. **Espigão do Oeste**: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2018, 24 p. Disponível em: <https://espigao-dooeste.ro.gov.br/edital-semsau-no-002-2018-processo-seletivo-simplificado-avaliacao-curricular/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FERREIRA, S. S. da. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p. Disponível

em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/NOB-RH\\_SUAS\\_Anotada\\_Comentada.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf). Acesso em: 26 maio 2021.

GALINDO, A. G. **Mercado de trabalho da educação física:** um breve ensaio sobre os impactos da regulamentação profissional. *In:* CICLO DE PALESTRAS DA SEMANA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, set. 2005, Macapá. **Anais [...]**. Macapá: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2005, p. 21-39. Secretaria Estadual do Desporto e Lazer, Macapá-AP. Disponível em: [https://www.fontouraeditora.com.br/periodico/upload/artigo/1070\\_1503929934.pdf](https://www.fontouraeditora.com.br/periodico/upload/artigo/1070_1503929934.pdf). Acesso em: 5 fev. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUATAMBU (SC). Edital de processo seletivo público nº 01/2017. **Guatambu:** Secretaria de Assistência Social, 2017, 19 p. Disponível em: [https://static.fecam.net.br/uploads/363/arquivos/920911\\_Edital\\_de\\_Processo\\_Seletivo\\_012017.pdf](https://static.fecam.net.br/uploads/363/arquivos/920911_Edital_de_Processo_Seletivo_012017.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

LOTTI, A. D.; GARCIA, R. R. Programas e serviços de proteção social ao idoso em Praia Grande-SP: olhar das Políticas Públicas. **Revela**, Praia Grande, v. 26, n. 2, p. 15-33. jun./nov. 2020. Disponível em: [http://www.fals.com.br/revela/revela026/ed26/ed\\_26\\_02.pdf](http://www.fals.com.br/revela/revela026/ed26/ed_26_02.pdf). Acesso em: 28 jun. 2020.

LOTTI, A. D.; NAKAMURA, E. Significados da prática profissional em Educação Física na área da saúde. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 23, e54518, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v23.54518>. Acesso em: 12 maio 2020.

MARAVILHA (SC). Edital de processo seletivo simplificado nº. 001/2013. **Maravilha:** Secretaria Municipal de Assistência Social, 2013, 5 p. Disponível em: [https://static.fecam.net.br/uploads/196/arquivos/11192\\_processo\\_seletivo\\_0012013.pdf](https://static.fecam.net.br/uploads/196/arquivos/11192_processo_seletivo_0012013.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARICÁ (RJ). Edital nº 1/2018. **Maricá:** Prefeitura Municipal de Maricá, 2018, 87 p. Disponível em: <http://www.coseac.uff.br/concursos/marica/2018/arquivos/ConcursoPMM2018-Edital.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MORAES, W. G.; PINA, L. Z.; LIMA, W. P. A prática de atividades e exercícios físicos realizados por idosos que frequentam um programa municipal de convivência e o papel do profissional de Educação Física nesse contexto: relato de experiência. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 24, n. 3, p. 121-130, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/11369>. Acesso em: 12 maio 2021.

MORAIS, I. A. **A construção histórica do conceito de cidadania: o que significa ser cidadão na sociedade contemporânea?** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 2.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFSSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 4., 2013, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013. p. 20908-20922. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7598\\_5556.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7598_5556.pdf). Acesso em: 30 jan. 2020.

MURIAÉ (MG). Edital n. 03. **Muriaé:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 2019, 18 p. Disponível em: <http://assinaturas.wfonline.com.br/concurso/view/editais/22864/Edital%20-%20Prefeitura%20de%20Muria%C3%A9.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

NASCIMENTO, E. S. do; FERNANDES, J. L.; MOURA, T. N. de; SANTIAGO, Maria, L. E. Atividades de lazer e seus conteúdos culturais em Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 297-330, jun./2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/13560>. Acesso em: 23 jan. 2021.

OLIVEIRA, M. M. **Professores de Educação Física no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS):** desafios e possibilida-



des de inclusão. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 53 p. 2012. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1507/1/Maur%C3%ADcio%20Martins%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

PAULI, C. G.; TRAESEL, E. S.; SIQUEIRA, A. C. A Precarização do Trabalho dos Psicólogos Temporários no CREAS. **Psicologia: ciência profissão**, Brasília, v. 39, n. 1, n. p., 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932019000100156&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000100156&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 7 jul. 2020.

PIAUÍ (BR). Edital nº 11/2017. **Piauí**: Secretaria da Assistência Social e Cidadania do Estado do Piauí, 2017, 14 p. Disponível em: [https://arquivo.pciconcursos.com.br/sasc-pi-anuncia-processo-seletivo-com-mais-de-90-vagas/1410737/cf71aa1b18/edital\\_de\\_abertura\\_n\\_11\\_2017.pdf](https://arquivo.pciconcursos.com.br/sasc-pi-anuncia-processo-seletivo-com-mais-de-90-vagas/1410737/cf71aa1b18/edital_de_abertura_n_11_2017.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

PRAIA GRANDE (SP). Edital de abertura de concurso público - Nº 003/2018. **Praia Grande**: Secretaria de Assistência Social, 2018, 38 p. Disponível em: <https://jcconcursos.uol.com.br/media/uploads/anexos/20XX/sp-praia-grande-pref-edital-ed-1971p-df-59459.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SANTA TERESA (ES). Processo seletivo simplificado - Edital/SMAS Nº 01/2018. **Santa Teresa**: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2018, 18 p. Disponível em: [https://santateresa.es.gov.br/arquivos/concurso/175\\_edital-smas-n-01-de-2018.pdf](https://santateresa.es.gov.br/arquivos/concurso/175_edital-smas-n-01-de-2018.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

SANTOS, V. M. dos. Transformações societárias: repercussões no serviço social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 56-62, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v-23n1p53>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SANTOS, G. F. de L.; SANTOS, A. V. F. dos. **Educação Física, demandas sociais e o Serviço Social**: relações possíveis no âmbito escolar. *In*: CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR – CONPEF, 9.; CONGRESSO NACIONAL DE

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA LONDRINA, 4., 2019, Londrina. **Anais** [...] Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2019. n. p. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/conpef/portal/pages/arquivos/ANAIS%202019%20-%20ARTIGOS%20COMUNICACAO%20ORAL%20E%20CARTAZ/EDUCACAO%20FISICA%20DEMANDAS%20SOCIAIS.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

SÃO LOURENÇO DA MATA (PE). Portaria nº 001/2020-GAB/SEAD. **São Lourenço da Mata**: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2020, 18 p. Disponível em: [https://institutodarwin.com/cms/uploads/1584118290\\_EDITAL%20SELE%C3%87%C3%83O%20S%C3%83O%20LOUREN%C3%87O%20-%20%20V-%20FINAL%20100320.pdf](https://institutodarwin.com/cms/uploads/1584118290_EDITAL%20SELE%C3%87%C3%83O%20S%C3%83O%20LOUREN%C3%87O%20-%20%20V-%20FINAL%20100320.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

SÃO LOURENÇO DO OESTE (SC). Edital de processo seletivo nº 002/2017. **São Lourenço do Oeste**: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2017, 8 p. Disponível em: Acesso em: [http://www.saolourenco.sc.gov.br/arq/concurso/20190201\\_085607000000.pdf](http://www.saolourenco.sc.gov.br/arq/concurso/20190201_085607000000.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

SPOSATI, A. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 4-5, out./dez. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n4/a02v58n4.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

SPOSATI, A. **Proteção e desproteção social na perspectiva dos direitos socioassistenciais**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 6., 2007, Brasília. **Caderno e Textos** [...]. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dez. 2007. p. 17-22. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/08092017121319-9.caderno.de.textos.vi.conferencia.pdf>. Acesso em: 16 maio 2021.

TRÊS LAGOAS (MS). Edital nº 001/2018. **Três Lagoas**: Prefeitura Municipal de Três Lagoas, 2018, 55 p. Disponível em: <http://www.treslagoas.ms.gov.br/wp-content/uploads/CONCURSO-PUBLICO-001-2018.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

VALPARAÍSO DE GOIÁS (GO). Edital nº 002/2019. **Valparaíso de Goiás:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, 2019, 13 p. Disponível em: [https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-valparaiso-de-goias-go-recebe-inscricoes-de-processo-seletivo/1463216/8ce8185e95/edital\\_de\\_abertura\\_n\\_002\\_2019.pdf](https://arquivo.pciconcursos.com.br/prefeitura-de-valparaiso-de-goias-go-recebe-inscricoes-de-processo-seletivo/1463216/8ce8185e95/edital_de_abertura_n_002_2019.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

## Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.